



ATENDIMENTO JURÍDICO EM DIREITO DE FAMÍLIA PARA PESSOAS DE BAIXA RENDA: uma proposta de melhoria do acesso à justiça

Universidade Federal de Viçosa

Gabriel Pereira Penna Andrade; Débora Fernandes Pessoa Madeira

Palavras-chave: Direito de Família; Acesso à Justiça; Laboratório de Prática Jurídica

Introdução

O Laboratório de Práticas Jurídicas (LPJ) é um órgão vinculado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Viçosa que objetiva oferecer aos discentes do curso de Direito a vivência prática das atividades realizadas por escritórios de advocacia ao mesmo tempo que contribui para o acesso à justiça em Viçosa e região, ao atender gratuitamente pessoas que recebem um valor inferior a um salário mínimo e meio per capita em suas demandas judiciais. Um dos tópicos mais atendidos é o Direito de Família, por ser área bastante próxima da vida cotidiana, por lidar com assuntos como casamento, divórcio, guarda e alimentos.

Objetivos

Aprimorar o funcionamento do atendimento em Direito de Família que já é realizado no Laboratório de Prática Jurídica da UFV, buscando soluções jurídicas adequadas aos conflitos que se apresentam nesse laboratório. Busca-se realizar o atendimento à população de baixa renda da Comarca de Viçosa permitindo a ampliação do acesso à justiça.

Material e Métodos

Os processos são atendidos por discentes do curso de Direito da Universidade Federal de Viçosa selecionados por meio de processo interno para o Laboratório. Os casos são selecionados a partir de um banco criado a partir dos relatos da população que procura atendimento, sendo selecionados casos que tenham impacto para a formação do estagiário. Após os casos são discutidos entre aluno e professor para alcançar uma estratégia comum para resolução do mesmo, que pode passar pela judicialização ou ser solucionado por meio de métodos alternativos, como a mediação.

Apoio Financeiro

A presente pesquisa possui o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão da Universidade Federal de Viçosa – PIBEx/UFV.

Resultados e Discussão

Atualmente, se encontram no Laboratório um total de quarenta e três casos relativos ao Direito de Família, abrangendo uma série de temas distintos como guarda, alimentos, divórcios e curatela, representando cerca de 36% dos 119 casos assistidos pelos estagiários do órgão.

Devido à pandemia causada pelo novo coronavírus, os participantes do projeto realizaram remotamente estudos sobre temas emergentes em Direito de Família. Esses encontros levaram à redação de dois artigos, que tematizavam a oitiva da criança em processos de seu interesse e a prisão do devedor de alimentos em tempos de pandemia. Os artigos foram ainda apresentados a profissionais do ramo jurídico em encontros remotos.

Conclusões

Conclui-se que o Laboratório de Práticas Jurídicas é uma instância importante tanto para a garantia de acesso à justiça para a população carente quanto para a formação sólida dos discentes. Esse acesso é especialmente importante em um contexto de Direito de Família, que possui um impacto grande na vida das pessoas.

A criação de artigos sobre a temática também demonstra o potencial do laboratório para a consolidação do tripé ensino-pesquisa-extensão, ao aliar o criação de conhecimento científico, o ensino de discentes e o oferecimento de serviços à população.

Bibliografia

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.
DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 13 ed. Salvador: JusPODIVM, 2020.

Agradecimentos